



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

O ROMBO DO SISTEMA DA DÍVIDA

PLENARIA DO FONASEFE
Brasília, 17 de fevereiro de 2019

A DÍVIDA ECOLÓGICA TEM QUE SER COBRADA

Tragédia em Minas

“Dano humano será maior”

Presidente da Vale, Fábio Schvartzman, diz que a perda de vidas em Brumadinho será superior à ocorrida em Mariana. Executivo afirma que rompimento causou surpresa porque auditoria feita por empresa alemã não detectou nenhum problema no local.

O local do rompimento

Críticas de ambientalistas



Lama, tensão e medo de um novo desastre

Investimentos indústria

Desastre ambiental Troca de e-mails entre especialistas mostra que problemas em Brumadinho seriam conhecidos

Vale teria sido alertada sobre barragem

Tragédia em Minas

E-mails indicam: Vale sabia de falha em sensores

Troca de mensagens eletrônicas mostra que a mineradora foi alertada, dois dias antes do desastre, sobre problemas em equipamentos de medição de Brumadinho. Engenheiro relata, em depoimento, pressão para atestar estabilidade

Empresa tem pedido negado

O Tribunal Regional Federal de 1ª Região (TRF-1) negou uma pedido da mineradora Vale para reconhecer as responsabilidades do rompimento da barragem de Brumadinho.



Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Mineração terá de se reinventar no Brasil, afirmam especialistas



Especialistas avaliam que companhias brasileiras reconhecem impacto da sustentabilidade nos negócios e que uma forma de ampliar engajamento ao tema é maior rigor na legislação

Faltam fiscalização e punição para as empresas no Brasil

Tragédia em Minas

Água representa risco à saúde

Análise feita por órgãos federal e estadual, detecta presença de metais pesados no Rio Paraopeba acima do limite permitido. Reabastecimento da população será feito por meio de fontes alternativas ou caminhões-pipa nas áreas mais afetadas

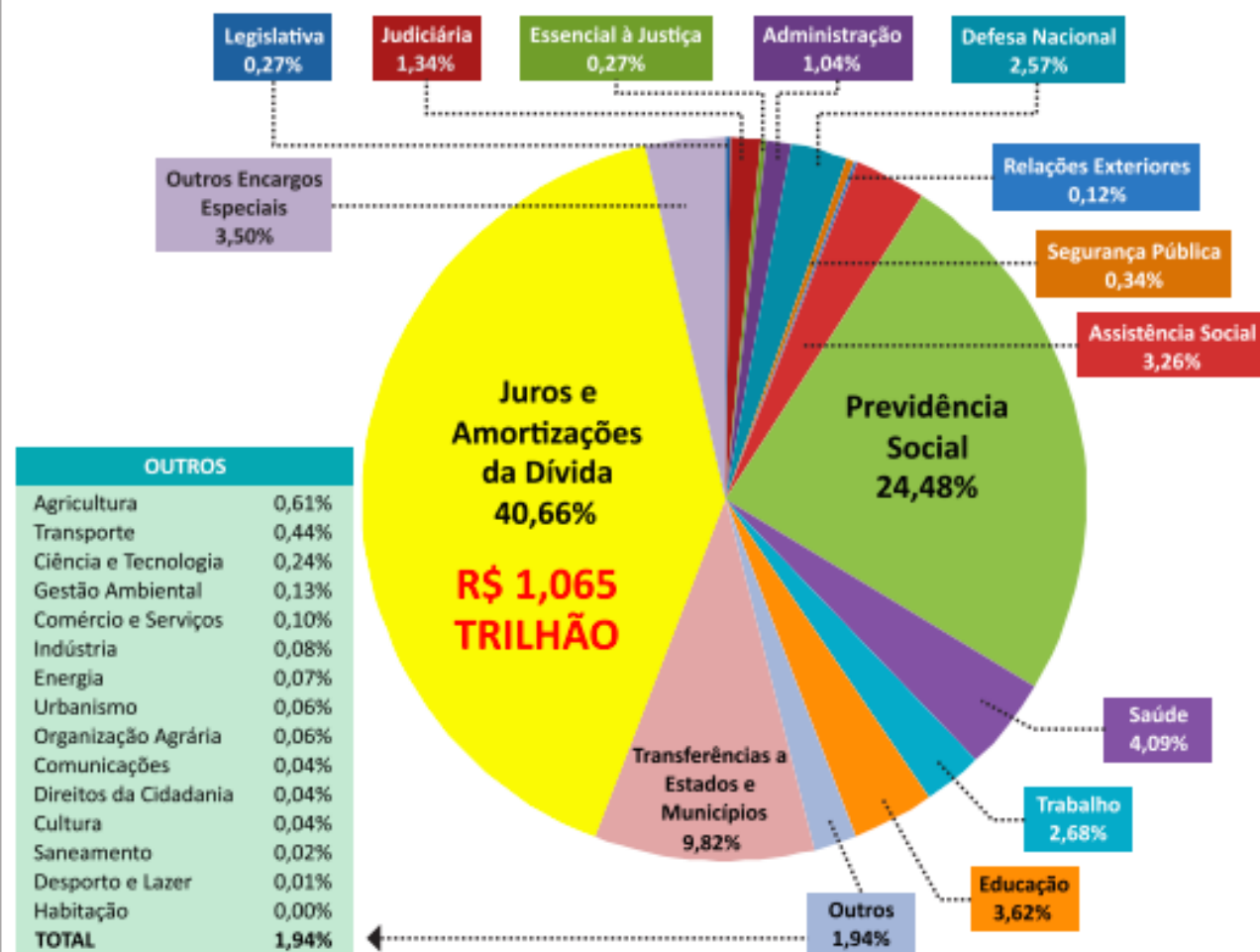
Rejeitos avançam



Rejeitos de mineração avançam em direção ao rio Paraopeba, aumentando o risco de contaminação da água.

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada



Fonte: SIAFI - <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - Banco de Dados Access p/ download (Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018)

Nota 1 - Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tesouro contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização. Veja as explicações: <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

ORÇAMENTO FEDERAL 2019: R\$ 3,262 trilhões

Dívida Pública: R\$ 1,425 trilhão quase 44%

Servidores Públicos (ativos e aposentados): R\$ 350,4 bilhões

Previdência Social (INSS): R\$ 625 bilhões

Investimentos: R\$ 36 bilhões.

O rombo das contas públicas está claramente localizado nos **sigilosos gastos financeiros com a chamada dívida pública** - que nunca foi auditada, como manda a Constituição – e não nas despesas com Pessoal ou Previdência.

Ver artigo:

**“ORÇAMENTO 2019 REVELA QUE O ROMBO ESTÁ NO GASTO
COM A DÍVIDA PÚBLICA”**

<https://bit.ly/2N8ubn0>

Executivo Em mensagem ao Congresso, presidente cita Previdência, privatizações e mudança nos tributos

Bolsonaro promete fazer sete reformas

Ribeira Oliveira
De Brasília

Em mensagem que encaminhou ontem ao Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro comprometeu-se com sete reformas econômicas, que considera essenciais para garantir um crescimento econômico elevado e sustentável, a criação de uma "Nova Previdência", a mudança do sistema tributário, um ambicioso programa de privatização de empresas estatais e prestação de serviços de infraestrutura, a liberalização comercial, a redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União, a autonomia, em lei, do Banco Central e a reforma administrativa.

Até mesmo tempo, a mensagem

traz o teto de gastos e diz que a aplicação do limite para as despesas da União "é crucial para garantir sustentabilidade fiscal de longo prazo e permitir que o país supere o atual desequilíbrio fiscal, decorrente do crescimento acelerado da despesa primária das últimas décadas".

O teto de gastos, no entanto, "não será suficiente para a realização do ajuste fiscal necessário", de acordo com a mensagem. A manutenção do teto "requer reformas que permitam o controle da despesa obrigatória". A primeira e principal medida de ajuste necessária ao cumprimento do teto, segundo o documento, é a reforma da Previdência. "Sem ela, não será possível conter a expansão da despesa".

A "Nova Previdência", assinada pelo presidente, pretende corrigir o equilíbrio atuarial, com o amparo a quem mais precisa, separando "previdência" de "assistência". Bolsonaro condiz com que pretende mudar as regras dos atuais regimes de aposentadoria e criar um sistema de capitalização, que o presidente chamou de "Vozança Individual da Aposentadoria".

A mensagem informa que se o atual sistema, que estimula a aposentadoria antecipada e altas taxas de reposição, permanecer inalterado, os gastos previdenciários aumentariam cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2018 e 2060. "A aprovação da nova Previdência Social possibilita que o país siga trajetória estável de cres-

cimento, com finanças públicas sustentáveis", diz o documento.

O atual sistema tributário apresenta, segundo a mensagem, dois problemas principais "que impedem que uma economia emergente funcione bem". O primeiro, é a elevada carga tributária, que chega a 13% do PIB, enquanto que a média dos países da América Latina é de apenas 20%. O recado da mensagem, portanto, é claro: a reforma pretende reduzir a atual carga. O segundo problema, é que o sistema tributário brasileiro é muito complexo, o que gera custos significativos, em termos de tempo e recursos. A reforma vai simplificar o sistema, mitigando a onerosidade de processos fiscais.

O ambicioso programa de privatização de estatais e prestação de

serviços de infraestrutura parte do pressuposto de que "não há recursos públicos suficientes para financiar todo o investimento necessário". Além disso, "experiências recentes mostram que projetos de infraestrutura sob controle público estão sujeitos a muitas fragilidades que podem levar a ineficiências e ao desperdício de recursos". Por isso, o governo propõe privatizar e acelerar as concessões em todas as áreas da infraestrutura.

O governo vai fazer uma "liberalização comercial" porque entende que "existem várias instituições e instrumentos que impedem custos significativos e limites quantitativos à entrada no país de bens e serviços estrangeiros". A mensagem diz que o governo "está comprometido com medidas

que removerão todas as restrições desnecessárias ao comércio", sem especificar quais são elas.

A mensagem diz também que "a autonomia operacional do Banco Central fixada em lei reduz riscos no sistema financeiro, bem como cria condições melhores para o controle da inflação e a manutenção de taxa estrutural de juros mais baixa".

Em relação à reforma administrativa, a mensagem diz que é fundamental que sejam repensados os modelos de aquisições de bens e contratação de serviços, as estratégias de transformação digital de serviços públicos prestados presencialmente, a própria dinâmica das relações de trabalho no âmbito da administração federal e a forma como os cargos estão organizados.

- ✓ Nova Previdência
- ✓ Mudança no Sistema Tributário
- ✓ Ambicioso programa de Privatizações
- ✓ Liberação Comercial
- ✓ Redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União
- ✓ Autonomia do Banco Central
- ✓ Reforma Administrativa

Contrarreforma da Previdência



Monitor
Mercantil

09 DE JANEIRO, 2019

Artigo: “O déficit da previdência é fake”, de M. L. Fattorelli, para o Monitor Digital



13 DE FEVEREIRO, 2019

“Contrarreforma da Previdência empurra trabalhador para fundos de risco”, M.L Fattorelli para o Monitor Mercantil

<https://bit.ly/2IrZHh9> e <https://bit.ly/2GK1cVa>

CAPA > Exclusivo!WEB > 2018 > Setembro > Maria Lucia Fattorelli > O que está por trás da proposta de Reforma Tributária no Congresso

MARIA LUCIA FATTORELLI **!WEB**

COLONISTA

O que está por trás da proposta de Reforma Tributária no Congresso



Protestos contra a PEC da reforma da Previdência em frente ao Congresso Nacional em 2017; proposta de Reforma Tributária compromete a Seguridade Social, provocando danos às áreas sociais da Previdência, Saúde e Assistência

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Ver

<https://bit.ly/2RzYZF>

A QUAIS ESTATAIS GUEDES ESTÁ SE REFERINDO?

1. Às empresas estratégicas, como Petrobrás, Eletrobras, Furnas, Casa da Moeda, Embraer, portos, aeroportos... **ou**
2. Às novas empresas estatais criadas para operar o esquema fraudulento da chamada “Securitização de Créditos Públicos”?

CONJUNTURA / Ministro da Economia diz que gostaria de privatizar todas as empresas controladas pela União, mas afirma que algumas serão mantidas na órbita estatal a pedido do presidente Jair Bolsonaro e de militares que fazem parte do governo

Estatais são “filhos drogados”

• HAMILTON FERRARI

As estatais brasileiras são como “filhos que fugiram de casa e hoje são drogados”. Assim o ministro da Economia, Paulo Guedes, classificou as empresas sob comando do Estado, antes de ressaltar que, por ele, todas seriam privatizadas. Ele disse, porém, que, a pedido do presidente Jair Bolsonaro e de militares que fazem parte do governo federal, algumas companhias serão mantidas, sem citar quais seriam.

Guedes passou o dia no Rio de

hidrológico pesa no bolso do consumidor. “Se pegar de 2013 para cá, a tarifa de energia subiu 100% e a inflação 33% por causa do risco hidrológico. Isso reduz a exposição para o consumidor”, afirmou.

Velha política

Guedes também declarou que os políticos já “perceberam” que buscar cargos em estatais para ajudar a financiar eleições não é interessante, porque o orçamento fica comprometido e não se obtém recursos para governar. “A velha política morreu. As esta-



Ver <https://auditoriacidada.org.br/?s=plp+459>

Relação entre as Privatizações e a Política Monetária

INFRAESTRUTURA / Pacote do governo prevê a licitação de 57 empreendimentos das áreas de energia e transportes até o fim do próximo ano, além da venda de empresas estatais à iniciativa privada. Modelagem dos leilões, no entanto, ainda não está definida

Privatização pode gerar investimento de R\$ 44 bi

» SIMONE KAFRUNI

O governo anunciou ontem um pacote de privatizações com previsão de investimentos de R\$ 44 bilhões ao longo dos anos de concessão de 57 empreendimentos a serem leiloados até o fim de 2018. O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) confirmou a concessão de 14 aeroportos, inclusive o de Congonhas (SP), administrado pela Infraero, e a alienação da participação acionária da estatal nas concessionárias dos terminais de Brasília (DF), Confins (MG), Galeão (RJ) e Guarulhos (SP), dos quais detém 49%. Também aprovou a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização (PND), da Casa da Moeda e da Eletrobras e marcou o leilão da usina hidrelétrica de Jaguara (MG), objeto de

Feirão
Governo anuncia 57 concessões e R\$ 44 bilhões em investimentos

Sector aeroportuário

Empreendimentos	Edital	Leilão
Leilão de concessão de aeroportos em Brasília (DF), Congonhas (SP), Galeão (RJ) e Guarulhos (SP)	2º trimestre de 2018	3º trimestre de 2018

Casa da Moeda será vendida

» MARILLA SABINO
ESPECIAL PARA O CORREIO

A Casa da Moeda do Brasil, responsável pela confecção de notas de reais e também de passaportes brasileiros, selos postais e diplomas, foi incluída no pacote de privatização anunciado ontem pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A previsão é que o edital seja publicado no terceiro trimestre do ano que vem, e que o leilão aconteça nos três últimos meses de 2018.

A ideia de privatizar a empresa pública foi apontada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, com o argumento de que há prejuízos crescentes na estatal, a

↑ Privatização de 57 empreendimentos, inclusive Eletrobras

ECONOMIA

30/09/2015 13h00 - Atualizado em 30/09/2015 15h20

BC tem prejuízo de quase R\$ 120 bilhões no ano com swaps cambiais

Na parcial deste mês, até a última sexta, perda do BC somou R\$ 44 bilhões. No ano, até dia 25 de setembro, prejuízo já soma quase R\$ 120 bilhões.

Alexandro Martello
Do G1, em Brasília

Com a disparada do dólar, o Banco Central registrou prejuízo de R\$ 44,9 bilhões na parcial de setembro, até a última sexta-feira (25), com os chamados contratos de swaps cambiais - instrumentos que equivalem a venda de moeda estrangeira no mercado futuro e que atenuam as pressões sobre o dólar no mercado à vista.

De forma geral, o BC lucra com estas operações quando o dólar cai e perde quando a cotação da moeda norte-americana sobe.

No acumulado deste ano, também até a última sexta-feira, as perdas da autoridade monetária superaram a barreira dos R\$ 100 bilhões e somaram R\$ 119,17 bilhões. Os números foram divulgados pela própria instituição nesta quarta-feira (30).

saiba mais

Dólares deixam país semana passada e fluxo de setembro volta ao vermelho

[FACEBOOK](#)
[TWITTER](#)
[G+](#)
[RSS](#)

↑ Ver Representação 2ª Sec. Cont. TCU TC-012.015/2003-0 <https://goo.gl/jZTQcB>

AUTONOMIA DO BC: demanda do FMI para a garantia da banca



27 DE ABRIL, 2018

**Não à “autonomia” do Banco Central
e à remuneração da sobra de caixa
dos bancos**

<https://bit.ly/2GJg7iv>



30 DE MAIO, 2016

**BANCO CENTRAL: Autonomia e
Independência para os banqueiros
em detrimento de um projeto
nacional – Lujan Miranda**

e

<https://bit.ly/2GIa91s>

A REFORMA NECESSÁRIA É A DO SISTEMA QUE GERA DÍVIDA POR MECANISMOS FINANCEIROS:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública;**
- **Elevadíssimas taxas de juros:** praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política;
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros;
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal
- As escandalosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa;
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio das sigilosas “operações compromissadas” que alcançaram R\$1,23 trilhão em 2017;
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”;
- **Emissão de títulos** para comprar dólares e aplicar em Reservas Internacionais, para repassar ao BNDES e recomprar dívida externa;
- **Prejuízos do Banco Central**

Evidência revelada pela Auditoria Cidadã

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não para o financiamento dos Estados
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios: **CRISE EM DIVERSOS ENTES FEDERADOS BRASILEIROS**

- Dívidas sem contrapartida
- Maior beneficiário: Setor financeiro



SISTEMA DA DÍVIDA EXIGE CONTINUAMENTE:

✓ AJUSTE FISCAL

- Contingenciamento e corte de despesas primárias para que mais recursos se destinem às despesas financeiras com a dívida
- De 1995 a 2014 produzimos R\$ 1 trilhão de Superávit Primário e, apesar disso, a dívida interna aumentou de R\$89 bilhões para quase R\$4 trilhões no mesmo período
- EC 95 transformou o ajuste fiscal em regra constitucional

✓ PRIVATIZAÇÕES

✓ CONTRARREFORMAS

- **Previdência**
- **Trabalhista**
- **Tributária**

✓ POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA

✓ ESQUEMAS QUE GERAM DÍVIDA: "Securitização de Créditos"

✓ BENESSES TRIBUTÁRIAS

R\$ 1,2 Trilhão da Dívida Interna utilizados para remunerar a sobra de caixa dos bancos. Custo:

Quase MEIO TRILHÃO de Reais para Bancos!

Esse foi o custo da **remuneração da sobra de caixa dos bancos nos últimos 4 anos (2014 a 2017)**, conforme balanços publicados pelo Banco Central.

Essa benesse de quase meio trilhão de reais tem sido feita de forma ilegal e abusiva por meio de “Operações Compromissadas” realizadas pelo Banco Central com os bancos e funciona da seguinte forma: os bancos entregam sua sobra de caixa ao Banco Central e este entrega títulos da dívida pública aos bancos. Na medida em que os bancos detêm os títulos, eles passam a ter o direito de receber remuneração por isso. O Banco Central não pode utilizar esse dinheiro para nada, porque assume o compromisso de devolvê-lo aos bancos no momento em que eles pedirem de volta. Essa operação pode durar 1 dia ou anos, o seu volume ultrapassa R\$ 1,14 TRILHÃO, e custou nada menos que R\$449 bilhões no período de 2014 a 2017, ou seja quase meio trilhão de reais!

<https://goo.gl/gU6X7E> e <https://goo.gl/VWZgVa>

REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS

PL 9248/2017: Criação de “Depósitos Voluntários REMUNERADOS” pelo Banco Central – Ver NOVO: <https://bit.ly/2F6Q81J>

- A remuneração da sobra de caixa dos bancos já vem ocorrendo por meio das “Operações Compromissadas” realizadas pelo Banco Central, cuja justificativa é o “controle inflacionário”
- O Banco Central troca a “sobra de caixa dos bancos” por Títulos da Dívida Interna. À medida em que os bancos detêm os títulos, recebem remuneração diária, pelo tempo que desejarem.
- Essas operações atingiram patamar de quase 20% do PIB (R\$1,23 TRILHÃO) em 2017, quando a inflação chegou perto de zero <https://goo.gl/dvHYmr>
- Dificuldade do BC em justificar esse montante elevadíssimo de “Operações Compromissadas” para controlar inflação, no momento em que vivemos uma recessão e queda da inflação, apesar dos abusivos aumentos de preços administrados (principalmente combustível e gás de cozinha)

Mega Pedalada

INCONSTITUCIONALIDADE

JUROS
MASCARADOS DE
AMORTIZAÇÃO

CRESCIMENTO
EXPONENCIAL DA
DÍVIDA

FERE O ART. 167, III,
DA CONSTITUIÇÃO

Relatório ACD 1/2013

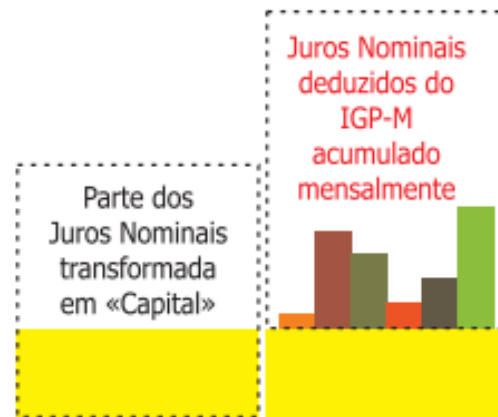
<https://goo.gl/OqsQ5R>

CONTABILIZAÇÃO DE JUROS COMO SE FOSSE AMORTIZAÇÃO

Gráfico 01



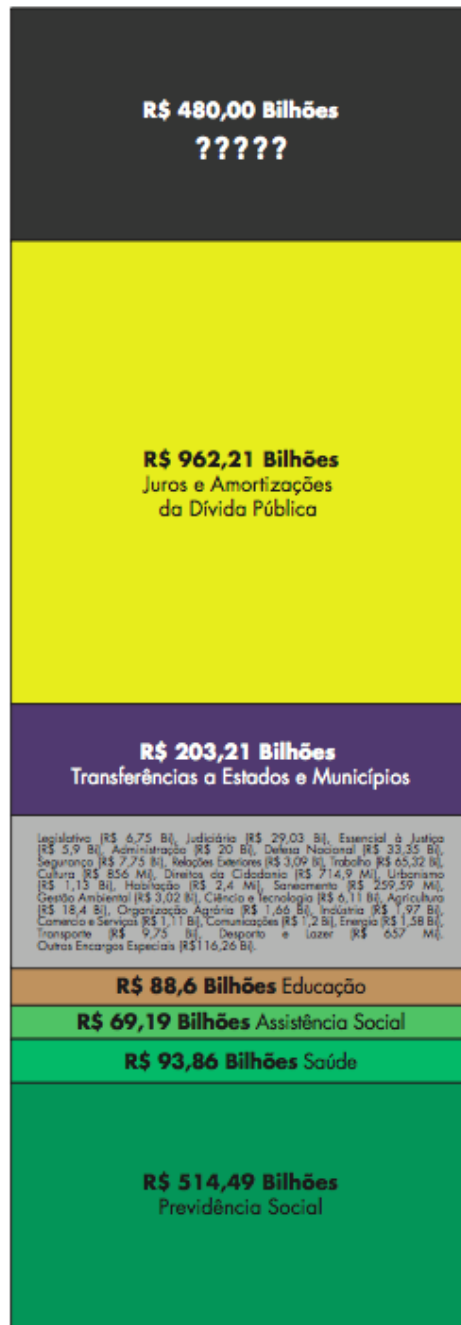
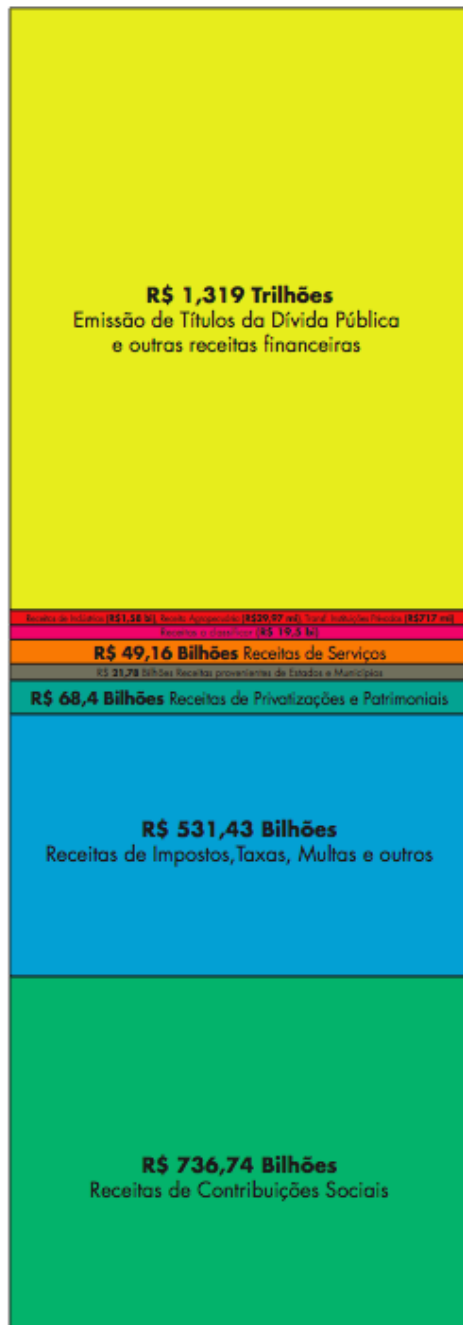
Gráfico 02



Parte dos Juros Nominais transformada em «Capital»

Atualização Paralela





R\$ 480 bilhões em 2015

SOBRA DE RECURSOS CAIXA ÚNICO

BC e STN:

“Colchão de Liquidez”

Para pagar juros aos detentores de títulos

- ✓ Qual é o custo desse exagero?
- ✓ Qual é o seu impacto na fabricação da crise atual?

ANÁLISE SISTÊMICA

✓ **CRISE FABRICADA PELA POLÍTICA MONETÁRIA DO BC**

- ✓ **Taxas de Juros mais elevadas do mundo**
- ✓ **Restrição da base monetária**
 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS (R\$1,2 trilhão), ilegal
BC enviou PL 9.248/2017 para "legalizar"
- ✓ ***Swap* Cambial** (ilegal, conforme TC-012.015/2003-0)
- ✓ **Prejuízos do Banco Central**
- ✓ **Explosão da Dívida Pública**

✓ **CRISE JUSTIFICA MEDIDAS RESTRITIVAS**

- ✓ **EC 95 (PEC do Teto)**
- ✓ **EC 93**
- ✓ **Lei Complementar 159/2017**
- ✓ **Contrarreformas**
- ✓ **Privatizações**
- ✓ **Esquema Fraudulento: "Securitização de Créditos"**



Isso não é um acaso, ou mero resultado da corrupção endêmica de dirigentes políticos, mas sim o resultado do modelo econômico concentrador de riqueza e renda, que se sustenta principalmente no Sistema da Dívida, no modelo tributário regressivo, na política monetária suicida praticada pelo Banco Central e no modelo extrativista irresponsável para com as pessoas e o ambiente.

Maria Lucia Fattorelli

**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS”
OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA
DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

**Novo ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada
“Securitização de Créditos” escancara o
desvio de recursos para bancos
privilegiados**

PLP 459/2017 (PLS 204/2016 no Senado)

Mobilização contra o PLP 459/2017

- Relato sobre a impressionante vitória na Câmara em 2018, quando conseguimos, juntamente com nossas entidades apoiadoras, adiar a votação do PLP 459/2017
- Interpelação extrajudicial enviada a todos os líderes na Câmara dos Deputados sobre o PLP 459/2017 <https://bit.ly/2CWLyDP>
- Audiência Pública realizada em 14/08/2018 na CFT <https://bit.ly/2yZoPne>
- Novo Folheto curto com diagramas explicativos sobre o esquema <https://bit.ly/2RHxxCd>
- Novo Vídeo com desenho <https://bit.ly/2Tz5q58>
- Vídeo gravado pela atriz Priscilla Castro <https://bit.ly/2RaVDpj>
- Crítica ao relatório de plenário do Dep. André Figueiredo (PDT) <https://bit.ly/2RbH58W>
- Interpelação Extrajudicial ao novo relator em plenário, Dep. Alexandre Leite <https://bit.ly/2C34xL8>
- Encaminhamento de estratégias para enfrentamento dessa pauta em 2019, pois o PLP 459/2017 continua em regime de urgência em Plenário da Câmara dos Deputados

PLP 459/2017

(PLS 204/2016 no Senado)

visa "legalizar":

- ✓ **Desvio de recursos arrecadados de contribuintes**
- ✓ **Contratação irregular de Dívida Pública**
- ✓ **Comprometimento do Estado com vultosas garantias e indenizações**
- ✓ **Transferência de propriedade (Alienação Fiduciária) do fluxo de arrecadação de tributos**
- ✓ **Desrespeito a toda a legislação de finanças do país**
- ✓ **Prejuízos financeiros aos cofres públicos**

NÃO a esse ESQUEMA FRAUDULENTO mascarado de "Securitização de Créditos"

FOLHETO
disponível em:
<https://goo.gl/sd1cJ>

PLP 459/2017 – Projeto Cifrado

“Art. 39-A. A União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente, nos termos desta Lei e de lei específica que o autorize, direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive quando inscritos em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

- ✓ Qual é o ônus? **Garantia Real exorbitante concedida pelo Ente Federado e custos elevadíssimos assumidos pelo Estado: taxas, advogados, seguros**
- ✓ Quais direitos são cedidos? **Fluxo da arrecadação**
- ✓ Quem são as pessoas jurídicas de direito privado? **Novas empresas estatais criadas para operar o esquema da “Securitização de Créditos”, a exemplo da PBH Ativos S/A, CPSEC S/A, entre outras**

ATENÇÃO: Nova PEC da Previdência (ainda não oficial) embute no texto o ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS que não conseguiram aprovar em 2018 (PLP 459/2017):

*§ 4º A entidade gestora poderá ceder onerosamente os **direitos originários** de créditos tributários e não tributários inadimplidos, inscritos ou não em dívida ativa, bem como as receitas próprias geradas pelos impostos e os recursos provenientes de transferências constitucionais que forem aportados aos fundos previdenciários, não configurando dívida ou garantia para o ente federativo.*

Acesse, PLP 459 em www.auditoriacidada.org.br

Venda do Fluxo da Arrecadação

§ 4º As cessões de direitos creditórios realizadas nos termos deste artigo não se enquadram nas definições de que tratam os incisos III e IV do art. 29 e o art. 37 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo consideradas operação de venda definitiva de patrimônio público.

- ✓ Os créditos tributários não são vendidos. Continuam sendo cobrados e administrados pela Fazenda Pública. Os contribuintes continuam devendo para a Fazenda Pública.
- ✓ O que está sendo vendido? O fluxo da arrecadação, em caráter definitivo! Contrato de cessão fiduciária (transferência de propriedade) do fluxo de arrecadação analisados na CPI da PBH Ativos S/A

O que seria uma "Securitização de Créditos"

Operação financeira que faz a conversão de ativos em títulos negociáveis, a serem vendidos a investidores, que passarão a ser os beneficiários dos fluxos gerados **pelos ativos convertidos**. Adquirente assume os riscos da operação.

O que propõe o PLP 459/2017:

✓ Fazenda Pública continua cobrando todos os créditos

III – assegurar à Fazenda Pública ou ao órgão da administração pública a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos;

✓ **Fazenda Pública não fica livre dos créditos podres**

✓ **Investidor fica com o fluxo da arrecadação de créditos líquidos e certos. Não assume risco algum.**

✓ Volume de créditos tributários a receber (inclusive inscritos em Dívida Ativa, sem perspectiva de arrecadação) está servindo para comprometer as finanças públicas com GARANTIAS exorbitantes e taxas calculadas sobre esse volume

PROPAGANDA ENGANOSA

"Solução para acelerar a arrecadação da Dívida Ativa que não teria perspectiva de ser arrecadada"

REALIDADE:

- ✓ Geração ilegal de Dívida Pública
- ✓ Desvio de arrecadação de créditos líquidos e certos
- ✓ Comprometimento das gerações atuais e futuras

Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS já disse que é ILEGAL

Conforme trechos transcritos do processo TC 016.585/2009-0 que tramita no TCU, o Ministério Público de Contas já afirmou que o esquema é ILEGAL e fere a Lei de Responsabilidade Fiscal de forma nítida e clara:

■ *"Trata-se, portanto, de desenho que apresenta em sua essência a mesma estrutura adotada pelos entes que optaram por criar uma **empresa pública emissora de debêntures lastreadas em créditos tributários**, por meio da qual o ente federado obtém do mercado uma antecipação de receitas que serão auferidas somente no futuro e que, quando o forem, serão destinadas ao pagamento dos credores, **numa nítida e clara, ao ver do Ministério Público de Contas, operação de crédito, conforme o conceito amplo adotado no artigo 29, III, da LRF.**"*

■ *"Arrumaram um subterfúgio ilegal com aparência legal para antecipação de receita e burlar a LRF - que pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, e regras para antecipação de receitas."*

■ *"Esse mecanismo compromete as gestões futuras e prejudica a sustentabilidade fiscal do Município – as receitas de parceladas em Dívida Ativa ou espontaneamente entrariam também no futuro (em outras gestões)."*

GRAVES QUESTIONAMENTOS POR PARTE DE ÓRGÃOS DE CONTROLE FEDERAIS, como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público de Contas, **E ESTADUAIS**, como o Tribunal de Contas dos Estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul. **GOIÁS SUSPENDEU O PROCESSO.**
VER INTERPELAÇÃO EXTRAJUDICIAL (CFT) <https://bit.ly/2vz8HYL>

TCE – PARANÁ OBSTOU DEFINITIVAMENTE A PRSEC

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) manteve integralmente e tornou definitiva a determinação para que o governador, o secretário de Estado da Fazenda e os gestores da Companhia Paranaense de Securitização (PRSec) não realizem operações de cessão de direitos creditórios.

Esse é o trecho da decisão:

“ No mérito, em conformidade com o exposto pela 1a Inspeção de Controle Externo, a Determinação no 16 do Acórdão de Parecer Prévio no 223/2016 – Tribunal Pleno deverá ser integralmente mantida, para que a operação pretendida pela Companhia Paranaense de Securitização seja definitivamente obstada, por caracterizar alienação de crédito tributário e vinculação de receita tributária, além de configurar uma operação de crédito que acarreta custos ao Estado com controle e administração do crédito tributário, bem como com a manutenção de empresa dependente.”

<https://goo.gl/jndCVz>

EC 95: Escancara o favorecimento ao setor financeiro e o dano ao Estado

“ § 6º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo:

(...)

IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.”

Novas empresas estatais estão sendo criadas para operar esquema financeiro fraudulento (PBH Ativos S/A, CPSEC S/A, Mgi Investimentos S/A etc.)

PROJETOS CIFRADOS

PLP 459/2017 (PLS 204/2016)

PLP 181/2015 e PL 3337/2015

VISAM “LEGALIZAR” ESQUEMA FINANCEIRO

Pressionar Deputados(as) Federais pelo Voto NÃO ao PLP 459/2017

<https://goo.gl/rxpRvm>

AVAAZ.ORG
Petições da **COMUNIDADE**

ASSINE ENTRAR QUEM SOMOS AJUDA

A maior e mais efetiva comunidade de campanhas online para mudanças

INICIE UMA PETIÇÃO

**Deputados federais:
Deputados(as) Federais votem
NÃO ao esquema fraudulento
do PLP 459/2017**



Criado por
Auditoria Cidadã da D.
Brasil



A ser entregue para:
**Deputados
federais**

ASSINE PARA RECEBER MAIS INFORMAÇÕES

“ Deputados(as) Federais votem NÃO ao esquema fraudulento do PLP 459/2017

Coloque seu endereço de email:

Email

Avaaz.org vai proteger sua privacidade
e manter você informado sobre esta e
outras campanhas semelhantes.

Compartilhe essa campanha no Facebook

Esta petição foi criada por Auditoria Cidadã da D. e pode não
representar a visão da comunidade da Avaaz.

ASSINE

PLP 459/2017

(PLS 204/2016 no Senado)

visa “legalizar”:

✓ **Desvio de recursos arrecadados de contribuintes**

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina